CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DE ALAGOAS - CAU/AL

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2017

CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DE ALAGOAS - CAU/AL

Demonstrações contábeis
Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

Balanço patrimonial

Balanço financeiro

Balanço orçamentário

Demonstração das variações patrimoniais

Demonstração dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

BDO

Tel.: +55 61 3322 5190
Fax: + 55 61 3322 5270
www.bdobrazil.com.br

Setor de Autarquia Sul SAUS
Quadra 4, Lote 09/10 Bloco A
Brasília, DF - Brasil 70070-938

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao
Conselho Federal e ao Conselho Diretor
Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Alagoas CAU/AL
Maceió - AL

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do **Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Alagoas - CAU/AL ("Entidade" ou "Conselho")**, que compreendem os balanços patrimonial, financeiro e orçamentário em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações das variações patrimoniais aumentativas e diminutivas e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial, orçamentária e financeira do **Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Alagoas - CAU/AL** em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações, as variações patrimoniais aumentativas e diminutivas e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis as Entidades do Setor Público (NBCASP).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Chamamos a atenção para nota explicativa nº 3, que informa que o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) publicou, em 4 de outubro de 2016, a Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (NBC TSP), que normatiza os aspectos relacionados à estrutura conceitual básica para elaboração e divulgação de informação contábil de propósito geral pelas Entidades do Setor Público. Ademais, a Portaria da Secretaria do Tesouro Nacional STN nº 539/2015, anexo único, determinou prazos de atendimento aos referidos normativos, traçando um cronograma para que, até 2021, todas as normas estejam convergidas. Atualmente o sistema CAU encontra-se em processo de implementação dos referidos normativos contábeis. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

BDO RCS Auditores Independentes, uma empresa brasileira da sociedade simples, é membro da BDO International Limited, uma companhia limitada por garantia do Reino Unido, e faz parte da rede internacional BDO de firmas-membro independentes. BDO é nome comercial para a rede BDO e cada uma das firmas da BDO.

BDO

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para as Entidades do Setor Público (NBCASP), assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente, se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade;

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional;

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações de auditoria, inclusive as eventuais deficiências nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Brasília-DF, 10 de abril de 2018.

BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 SP 013846/O-1 - S - AL

Alfredo Ferreira Marques Filho
Contador CRC 1 SP 154954/O-3 - S - AL

Período: 01/01/2017 a 31/12/2017

Balanço Patrimonial

Período Anterior: 01/01/2016 à 31/12/2016

ATIVO			PASSIVO		
Especificação	Exercício Atual	Exercício Anterior	Especificação	Exercício Atual	Exercício Anterior
TIVO CIRCULANTE	**366.137,27**	**754.767,57**	**PASSIVO CIRCULANTE**	**44.487,68**	**66.593,05**
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	243.554,15	185.384,48	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO	0,00	0,00
CRÉDITOS A CURTO PRAZO	122.583,12	556.558,40	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO	0,00	0,00
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	0,00	12.824,69	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	5.499,12	10.029,40
INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A CURTO PRAZO	0,00	0,00	OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO	0,00	0,00
ESTOQUES	0,00	0,00	OBRIGAÇÕES DE REPARTIÇÃO A OUTROS ENTES	0,00	0,00
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS PAGAS ANTECIPADAMENTE	0,00	0,00	PROVISÕES A CURTO PRAZO	38.988,56	56.563,65
TIVO NÃO-CIRCULANTE	**877.430,56**	**909.772,00**	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	0,00	0,00
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	0,00	0,00	**PASSIVO NÃO-CIRCULANTE**	**0,00**	**0,00**
INVESTIMENTOS	0,00	0,00	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A LONGO PRAZO	0,00	0,00
IMOBILIZADO	877.430,56	909.772,00	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A LONGO PRAZO	0,00	0,00
BENS MÓVEIS	162.072,00	149.772,00	FORNECEDORES A LONGO PRAZO	0,00	0,00
BENS IMÓVEIS	760.000,00	760.000,00	OBRIGAÇÕES FISCAIS A LONGO PRAZO	0,00	0,00
(-) DEPRECIAÇÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS	44.641,44C	0,00	PROVISÕES A LONGO PRAZO	0,00	0,00
NTANGÍVEL	0,00	0,00	RESULTADO DIFERIDO	0,00	0,00
			TOTAL DO PASSIVO	44.487,68	66.593,05

			PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
			Especificação	Exercício Atual	Exercício Anterior
			Patrimônio Social e Capital Social	0,00	0,00
			Ajuste de avaliação Patrimonial	0,00	0,00
			Demais Reservas	0,00	0,00
			Resultados Acumulados	1.199.080,15	1.597.946,52
			TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.199.080,15	1.597.946,52
TAL	**1.243.567,83**	**1.664.539,57**	**TOTAL**	**1.243.567,83**	**1.664.539,57**
VO FINANCEIRO	243.554,15	185.384,48	PASSIVO FINANCEIRO	82.523,68	66.593,05
VO PERMANENTE	1.000.013,68	1.479.155,09	PASSIVO PERMANENTE	0,00	0,00
LDO PATRIMONIAL				**1.161.044,15**	**1.597.946,52**

pensações

ESPECIFICAÇÃO	Exercício	Exercício	ESPECIFICAÇÃO	Exercício	Exercício
Saldo do Atos Potenciais Ativos	**Atual**	**Anterior**	**Saldo do Atos Potenciais Passivos**	**Atual**	**Anterior**
cução de Garantias e Contragarantias bidas	0,00	0,00	Execução de Garantias e Contragarantias Concedidas	0,00	0,00
cução de Direitos Conveniados	0,00	0,00	Execução de Obrigações Conveniadas	0,00	0,00
cução de Direitos Contratuais	0,00	0,00	Execução de Obrigações Contratuais	0,00	0,00
cução de Outros Atos Potenciais do Ativo	0,00	0,00	Execução de Outros Atos Potenciais do Passivo	0,00	0,00
TAL	**0,00**	**0,00**	**TOTAL**	**0,00**	**0,00**

lro do Superávit/Déficit Financeiro

	Exercício Atual	Exercício Anterior
erávit Financeiro	161.030,47	118.791,43

eió-AL, 31 de dezembro de 2017

Tânia Maria Marinho de Gusmão
Presidente
CAU/AL 000A84816
164.654.584-20

Daniel de Gouvêa Lemos
Tesoureiro
CAU/AL 000A216828
534.405.794-68

Selma Maria Lessa de Moura
Contadora
CRC/AL 4153/O-0
842.608.404-44

U - AL

NSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DE ALAGOAS

J: 15.148.889/0001-26

Período: 01/01/2017 a 31/12/2017

Balanço Financeiro

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
ita Orçamentária	1.122.779,42	1.049.575,29	Despesa Orçamentária	1.098.752,84	1.281.714,62
ECEITA REALIZADA	1.122.779,42	1.049.575,29	CREDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	38.036,00	
RECEITA CORRENTE	1.122.779,42	1.049.575,29	CREDITO EMPENHADO LIQUIDADO	5.499,12	10.029,40
RECEITAS DE CONTRIBUICOES	470.839,61	403.206,18	CREDITO EMPENHADO – PAGO	1.055.217,72	1.271.685,22
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	470.839,61	403.206,18	DESPESA CORRENTE	1.042.917,72	986.818,16
ANUIDADES	470.839,61	403.206,18	PESSOAL	577.583,39	527.964,02
RECEITA DE SERVIÇOS	491.008,21	497.263,95	MATERIAL DE CONSUMO	13.110,14	10.667,74
EMOLUMENTOS COM EXPEDIÇÕES DE CERTIDÕES	718,00	3.142,89	SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	36.798,14	36.148,22
EMOLUMENTOS COM REGISTRO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA - RRT	490.146,61	493.853,60	SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	248.309,56	268.172,54
RECEITAS DIVERSAS DE SERVIÇOS	143,60	267,46	ENCARGOS DIVERSOS	33.507,49	20.386,64
FINANCEIRAS	66.605,07	62.559,41	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	133.609,00	123.479,00
JUROS DE MORA SOBRE ANUIDADES	19.603,32	12.514,41	DESPESA DE CAPITAL	12.300,00	284.867,06
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	47.001,75	50.045,00	INVESTIMENTOS	12.300,00	284.867,06
MULTAS SOBRE ANUIDADES	20.711,15	16.982,40			
REMUNERAÇÃO DE DEP. BANC. E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	26.290,60	33.062,60			
TRANSFERENCIAS CORRENTES	82.314,96	74.896,03			
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	12.011,57	11.649,72			
MULTAS DE INFRAÇÕES	12.011,57	7.759,45			

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES		3.879,26			
RECEITAS NÃO IDENTIFICADAS		11,01			
nsferências Financeiras Recebidas			Transferências Financeiras Concedidas		
ebimentos Extraorçamentários	950.662,89	849.316,62	Pagamentos Extraorçamentários	916.519,80	848.750,83
nscrição de Restos a Pagar Não Processados	38.036,00		Pagamentos de Restos a Pagar Não Processados		
nscrição de Restos a Pagar Processados	5.499,12	10.029,40	Pagamentos de Restos a Pagar Processados	10.029,40	13.215,34
epósitos Restituíveis e Valores Vinculados	78.136,41	70.829,95	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	78.136,41	70.829,95
utros Recebimentos Extraorçamentários	828.991,36	768.457,27	Outros Pagamentos Extraorçamentários	828.353,99	764.705,54
o em espécie do Exercício Anterior	185.384,48	416.958,02	Saldo em espécie para o Exercício Seguinte	243.554,15	185.384,48
ixa e Equivalente de Caixa	185.384,48	416.958,02	Caixa e Equivalente de Caixa	243.554,15	185.384,48
epósitos. Rest. Vlrs Vinculados			Depósitos. Rest. Vlrs Vinculados		
:	**2.258.826,79**	**2.315.849,93**		**2.258.826,79**	**2.315.849,93**

ceió-AL, 31 de dezembro de 2017

Tânia Maria Marinho de Gusmão
Presidente
CAU/AL 000A84816
164.654.584-20

Daniel de Gouvêa Lemos
Tesoureiro
CAU/AL 000A216828
534.405.794-68

Selma Maria Lessa de Moura
Contadora
CRC/AL 4153/O-0
842.608.404-44

Período: 01/01/2017 a 31/12/2017

Balanço Orçamentário

EITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
CEITA CORRENTE	1.125.255,00	1.140.356,00	1.122.779,42	-17.576,58
ECEITAS DE CONTRIBUICOES	466.251,00	502.312,00	470.839,61	-31.472,39
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	466.251,00	502.312,00	470.839,61	-31.472,39
ANUIDADES	466.251,00	502.312,00	470.839,61	-31.472,39
ECEITA DE SERVIÇOS	546.312,00	484.220,00	491.008,21	6.788,21
EMOLUMENTOS COM EXPEDIÇÕES DE CERTIDÕES	0,00	0,00	718,00	718,00
EMOLUMENTOS COM REGISTRO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA	546.312,00	484.220,00	490.146,61	5.926,61
RECEITAS DIVERSAS DE SERVIÇOS	0,00	0,00	143,60	143,60
NANCEIRAS	30.377,00	71.509,00	66.605,07	-4.903,93
URos/MULTA DE MORA SOBRE ANUIDADES	30.377,00	46.246,00	19.603,32	-26.642,68
TUALIZAÇÃO MONETÁRIA	0,00	25.263,00	47.001,75	21.738,75
MULTAS SOBRE ANUIDADES	0,00	0,00	20.711,15	20.711,15
REMUNERAÇÃO DE DEP. BANC. E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	0,00	25.263,00	26.290,60	1.027,60
ANSFERENCIAS CORRENTES	82.315,00	82.315,00	82.314,96	-0,04
ITRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	12.011,57	12.011,57
IULTAS DE INFRAÇÕES	0,00	0,00	12.011,57	12.011,57
EITA DE CAPITAL	50.000,00	118.791,00	0,00	-118.791,00
TRAS RECEITAS DE CAPITAL	50.000,00	118.791,00	0,00	-118.791,00
JPERÁVIT DO EXERCÍCIO CORRENTE	50.000,00	118.791,00	0,00	-118.791,00

EITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
ECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	0,00	0,00	0,00
JB-TOTAL DAS RECEITAS	**1.175.255,00**	**1.259.147,00**	**1.122.779,42**	**-136.367,58**
ÉFICIT	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
OTAL	**1.175.255,00**	**1.259.147,00**	**1.122.779,42**	**-136.367,58**

PESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DOTAÇÃO
ESPESA CORRENTE	1.114.605,00	1.134.302,37	1.086.452,84	1.048.416,84	1.042.917,72	47.849,53
PESSOAL	566.100,00	585.350,00	577.583,39	577.583,39	577.583,39	7.766,61
PESSOAL E ENCARGOS	550.000,00	551.300,00	544.133,39	544.133,39	544.133,39	7.166,61
DIÁRIAS	16.100,00	34.050,00	33.450,00	33.450,00	33.450,00	600,00
MATERIAL DE CONSUMO	9.400,00	13.382,96	13.210,16	13.210,16	13.110,14	172,80
MATERIAL DE CONSUMO	9.400,00	13.382,96	13.210,16	13.210,16	13.110,14	172,80
SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	39.636,00	78.306,00	70.184,14	38.148,14	36.798,14	8.121,86
REMUNERAÇÃO DE SERVIÇOS PESSOAIS	20.800,00	58.436,00	54.430,14	22.394,14	22.394,14	4.005,86
DIÁRIAS	18.836,00	19.870,00	15.754,00	15.754,00	14.404,00	4.116,00
SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	393.449,00	290.054,41	258.358,66	252.358,66	248.309,56	31.695,75
SERVIÇOS DE CONSULTORIA	149.000,00	130.690,00	128.819,80	128.819,80	128.819,80	1.870,20
SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO E DIVULGAÇÃO	7.000,00	11.836,34	9.192,50	9.192,50	9.192,50	2.643,84
MANUTENÇÃO SISTEMAS INFORMATIZADOS	85.725,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SERVIÇOS PRESTADOS	123.444,00	128.949,21	109.916,61	103.916,61	99.867,51	19.032,60
PASSAGENS	28.280,00	18.578,86	10.429,75	10.429,75	10.429,75	8.149,11
ENCARGOS DIVERSOS	26.100,00	33.600,00	33.507,49	33.507,49	33.507,49	92,51
ENCARGOS DIVERSOS	26.100,00	33.600,00	33.507,49	33.507,49	33.507,49	92,51
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	79.920,00	133.609,00	133.609,00	133.609,00	133.609,00	0,00
FUNDO DE APOIO AO CAU-UF	35.884,00	35.884,00	35.884,00	35.884,00	35.884,00	0,00
CONVÊNIOS, CONTRATOS E PATROCÍNIO	44.036,00	12.000,00	12.000,00	12.000,00	12.000,00	0,00

PESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DOTAÇÃO
FUNDO DE RESERVA DO CENTRO DE SERVIÇOS 'ARTILHADOS	0,00	85.725,00	85.725,00	85.725,00	85.725,00	0,00
RÉDITO DISPONÍVEL DESPESA DE CAPITAL	50.000,00	118.792,00	12.300,00	12.300,00	12.300,00	106.492,00
INVESTIMENTOS	50.000,00	118.792,00	12.300,00	12.300,00	12.300,00	106.492,00
OBRAS, INSTALAÇÕES E REFORMAS	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES	40.000,00	108.792,00	12.300,00	12.300,00	12.300,00	96.492,00
OTAÇÃO ADICIONAL POR FONTE	10.650,00	6.052,63	0,00	0,00	0,00	6.052,63
SUB-TOTAL DAS DESPESAS	**1.175.255,00**	**1.259.147,00**	**1.098.752,84**	**1.060.716,84**	**1.055.217,72**	**160.394,16**
SUPERÁVIT	**0,00**	**0,00**	**24.026,58**	**0,00**	**0,00**	**-24.026,58**
TOTAL	**1.175.255,00**	**1.259.147,00**	**1.122.779,42**	**1.060.716,84**	**1.055.217,72**	**136.367,58**

ceió-AL, 31 de dezembro de 2017

Tânia Maria Marinho de Gusmão
Presidente
CAU/AL 000A84816
164.654.584-20

Daniel de Gouvêa Lemos
Tesoureiro
CAU/AL 000A216828
534.405.794-68

Selma Maria Lessa de Moura
Contadora
CRC/AL 4153/O-0
842.608.404-44

Período: 01/01/2017 a 31/12/2017

Variações Patrimoniais

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS

	Exercício Atual	Exercício Anterior		Exercício Atual	Exercício Anterior
ÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA	1.309.126,78	1.691.696,24	VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA	1.301.571,24	1.075.583,53
NTRIBUIÇÕES	657.186,97	935.539,67	PESSOAL E ENCARGOS	526.558,30	515.717,71
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	657.186,97	935.539,67	REMUNERAÇÃO DE PESSOAL	526.558,30	515.717,71
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	657.186,97	935.539,67	REMUNERAÇÃO A PESSOAL - RPPS	526.558,30	515.717,71
PLORAÇÃO E VENDA DE BENS, SERVIÇOS E DIREITOS	489.069,61	487.099,15	USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	415.315,89	420.215,96
EXPLORAÇÃO DE BENS DIREITOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	489.069,61	487.099,15	USO DE MATERIAL DE CONSUMO	13.210,16	10.667,74
VALOR BRUTO DE EXPLORAÇÃO DE BENS E DIREITOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	489.069,61	487.099,15	CONSUMO DE MATERIAL	13.210,16	10.667,74
RIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	68.854,96	55.922,50	SERVIÇOS	357.464,29	360.911,80
JUROS E ENCARGOS DE MORA	35.976,53	14.656,36	DIARIAS	49.204,00	42.020,00
JUROS E ENCARGOS DE MORA SOBRE FORNECIMENTOS DE BENS E SERVIÇOS	35.976,53	14.656,36	SERVIÇOS TERCEIROS - PESSOAS FÍSICAS	32.823,89	38.135,83
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS - FINANCEIRAS	32.878,43	41.266,14	SERVIÇOS TERCEIROS - PESSOAS JURÍDICAS	275.436,40	280.755,97
MULTAS SOBRE ANUIDADES	32.878,43	41.266,14	DEPRECIACAO, AMORTIZACAO E EXAUSTAO	44.641,44	48.636,42
NSFERÊNCIAS RECEBIDAS	82.314,96	74.896,03	DEPRECIACAO	44.641,44	48.636,42
TRANSFERÊNCIAS DE PESSOAS FISICAS	82.314,96	74.896,03	TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS	133.609,00	123.479,00
TRANSFERÊNCIAS DE PESSOAS FISICAS	82.314,96	74.896,03	TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	133.609,00	123.479,00
ORIZAÇÃO E GANHOS COM ATIVOS	0,00	127.268,64	TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	133.609,00	123.479,00
REAVALIAÇÃO DE ATIVOS	0,00	127.268,64	DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS	226.088,05	16.170,86
REAVALIAÇÃO DE IMOBILIZADO	0,00	127.268,64	REDUÇÃO A VALOR RECUPERAVEL E AJUSTE PARA PERDAS	226.088,05	16.170,86
RAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	11.700,28	10.970,25	REDUÇÃO A VALOR RECUPERAVEL DE IMOBILIZADO	0,00	16.170,86
/ARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA A CLASSIFICAR	0,00	11,01	VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA COM PROVISÃO PARA PERDAS DE CREDITOS	226.088,05	0,00
RECEITAS NÃO IDENTIFICADAS	0,00	11,01			
DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	11.700,28	10.959,24			
MULTAS ADMINISTRATIVAS	11.700,28	7.079,98			
INDENIZAÇÕES	0,00	3.879,26			
as Variações Ativas :	**1.309.126,78**	**1.691.696,24**	**Total das Variações Passivas :**	**1.301.571,24**	**1.075.583,53**

	Exercício Atual	Exercício Anterior		Exercício Atual	Exercício Anterior
			RESULTADO PATRIMONIAL		
éficit do Exercício			Superávit do Exercício	7.555,54	616.112,71
	1.309.126,78	1.691.696,24	Total	1.309.126,78	1.691.696,24

ıceió-AL, 31 de dezembro de 2017

Tânia Maria Marinho de Gusmão
Presidente
CAU/AL 000A84816
164.654.584-20

Daniel de Gouvêa Lemos
Tesoureiro
CAU/AL 000A216828
534.405.794-68

Selma Maria Lessa de Moura
Contadora
CRC/AL 4153/O-0
842.608.404-44

CAU - AL

CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DE ALAGOAS

CNPJ: 15.148.889/0001-26

Período: 01/01/2017 a 31/12/2017

Demonstração dos Fluxos de Caixa

	Exercício Atual	Exercício Anterior
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES		
INGRESSOS		
RECEITA CORRENTE	1.122.779,42	1.049.575,29
RECEITAS DE CONTRIBUICOES	470.839,61	403.206,18
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	470.839,61	403.206,18
ANUIDADES	470.839,61	403.206,18
RECEITA DE SERVIÇOS	491.008,21	497.263,95
EMOLUMENTOS COM EXPEDIÇÕES DE CERTIDÕES	718,00	3.142,89
EMOLUMENTOS COM REGISTRO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA - RRT	490.146,61	493.853,60
RECEITAS DIVERSAS DE SERVIÇOS	143,60	267,46
FINANCEIRAS	66.605,07	62.559,41
JUROS DE MORA SOBRE ANUIDADES	19.603,32	12.514,41
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	47.001,75	50.045,00
MULTAS SOBRE ANUIDADES	20.711,15	16.982,40
REMUNERAÇÃO DE DEP. BANC. E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	26.290,60	33.062,60
TRANSFERENCIAS CORRENTES	82.314,96	74.896,03
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	12.011,57	11.649,72
MULTAS DE INFRAÇÕES	12.011,57	7.759,45
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	0,00	3.879,26
RECEITAS NÃO IDENTIFICADAS	0,00	11,01
OUTROS INGRESSOS	907.127,77	839.287,22
DESEMBOLSOS		
CREDITO EMPENHADO – PAGO	1.055.217,72	1.271.685,22
DESPESA CORRENTE	1.042.917,72	986.818,16
PESSOAL	577.583,39	527.964,02
MATERIAL DE CONSUMO	13.110,14	10.667,74
SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	36.798,14	36.148,22
SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	248.309,56	268.172,54
ENCARGOS DIVERSOS	33.507,49	20.386,64
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	133.609,00	123.479,00
OUTROS DESEMBOLSOS	916.519,80	848.750,83
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	70.469,67	53.293,52
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
INGRESSOS		
DESEMBOLSOS		
INVESTIMENTOS	12.300,00	284.867,06
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-12.300,00	-284.867,06
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
INGRESSOS		
DESEMBOLSOS		
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	0,00	0,00
APURAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DO PERÍODO		

CAU - AL

Período: 01/01/2017 a 31/12/2017

GERAÇÃO LIQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	58.169,67	-231.573,54
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	185.384,48	416.958,02
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA FINAL	243.554,15	185.384,48

Maceió-AL, 31 de dezembro de 2017

Tânia Maria Marinho de Gusmão
Presidente
CAU/AL 000A84816
164.654.584-20

Daniel de Gouvêa Lemos
Tesoureiro
CAU/AL 000A216828
534.405.794-68

Selma Maria Lessa de Moura
Contadora
CRC/AL 4153/O-0
842.608.404-44

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em de Reais)

1. Informações gerais

O Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Alagoas - CAU/AL, criado pela Lei nº 12.378/2010 tendo como principais atividades orientar, disciplinar e fiscalizar o exercício da profissão de arquitetura e urbanismo.

O CAU/AL é uma autarquia vinculada à Administração Indireta dotada de personalidade jurídica de direito público, com autonomia administrativa e financeira, cujas atividades são custeadas exclusivamente pelas próprias rendas, tendo sua estrutura e organização, estabelecidos no Regimento Geral do CAU aprovado pela Resolução CAU/BR nº 139/2017 e Regimento Interno do CAU/AL. A Entidade goza de isenção tributária, com base na Constituição da República Federativa do Brasil - CRFB de 1988 art. 150 Inciso VI.

O Conselho está localizado na Av. Comendador Gustavo Paiva, nº 2789 - Mangabeiras. Cond. Norcon Empresarial - Loja 08, CEP: 57.037-532 - Maceió/AL.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

2.1. Base de preparação
As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP), abrangendo as normas brasileiras de contabilidade aplicáveis ao setor público, principalmente a NBC T 16.6 (R1) - Demonstrações Contábeis.

As demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais, que também é a moeda funcional da Entidade.

2.2. Base de mensuração
As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens:

- Provisões para férias de empregados/funcionários;
- Depreciações e amortizações do ativo imobilizado e intangível;
- Provisões para contingências, sempre que constituídas; e
- Provisão para devedores duvidosos, sempre que constituída.

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação
As demonstrações contábeis estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade, de forma comparativa com as demonstrações contábeis do exercício anterior.

2.4. Uso de estimativas e julgamentos
A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Ativos e passivos significativos sujeitos a estimativas e premissas incluem, principalmente, o cálculo das depreciações sobre o ativo imobilizado (*Nota 3.4*), a estimativa para perdas em função do risco de crédito de contribuintes (*Nota 3.2.1*) e a provisão para riscos trabalhistas e cíveis (*Nota 3.8*). Os valores definitivos das transações envolvendo essas estimativas somente são conhecidos por ocasião da sua realização ou liquidação.

3. Políticas Contábeis

Dentre as principais práticas adotadas para a elaboração das demonstrações contábeis, aplicadas de forma uniforme com o exercício anterior, exceto no que tange às provisões para devedores duvidosos (subitens 3.2.1), ressaltam-se:

3.1. Caixa e equivalente de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. Incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras realizáveis em até 90 dias da data original do título ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

3.2 Créditos de anuidades

Os créditos de anuidades relativas ao exercício são reconhecidos ao início do exercício em conta específica, pelo valor estimado em proposta orçamentária referente à previsão de receitas dos profissionais e empresas ativos no banco de dados do CAU/BR. Após o encerramento do exercício, o saldo não recebido é transferido para outra conta do ativo, representando créditos de anuidades de exercícios anteriores.

3.2.1Constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa

a) **Implantação de política contábil em 2017** - Em atendimento aos prazos normativos de implantação emanados pela Secretaria do Tesouro Nacional, por meio da Portaria STN nº 539/2015, anexo único (Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais - PIPCP), e pelo Conselho Federal de Contabilidade, mediante a Norma Brasileira de Contabilidade, NBC TSP Estrutura Conceitual, de 23/09/2016 (Mensuração de Ativos e Passivos nas Demonstrações Contábeis), o CAU/AL procedeu a constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa ao encerramento do exercício de 2017.

b) **Base de mensuração** - Média ponderada dos percentuais de recebimento de anuidades de pessoas físicas e jurídicas nos últimos três exercícios anteriores do exercício corrente, aplicada sobre o estoque acumulado de créditos oriundos de anuidades não recebidas relativas aos exercícios de 2012 (ano de início das atividades do Conselho) a 2017.

c) **Julgamento pela aplicação** - Tratando-se de implantação de política, decidiu-se aplicar critério proposto pelo CAU/BR por meio da Orientação Técnica Conjunta nº 01/2017, plausível à realidade do CAU/AL, considerando-se o princípio contábil do conservadorismo ou prudência ao tempo em que se utiliza o comportamento histórico de recebimentos em detrimento de estimativas de recebimentos em ações de cobrança.

d) **Reflexo patrimonial comparativo**

	2017	2016
Créditos de Anuidades	742.905,76	556.558,40
(-) Perdas de Devedores Duvidosos	226.088,05	406.421,91

Do montante de R$632.509,96 do ajuste contábil implantado em 2017, somente o valor de R$226.088,05, incidente sobre os créditos de anuidades de 2017, foi registrado como variação patrimonial diminutiva do exercício do balanço, portanto não afetando o resultado patrimonial de 2017. O restante de R$406.421,91 incidentes sobre créditos de anuidades dos exercícios de 2012 a 2016 foi registrado como "Ajustes de Exercício Anteriores" reduzindo diretamente os Resultados Acumulados no Patrimônio Líquido do Conselho.

3.3. Estoques

Os estoques são registrados ao custo de aquisição, que não supera os valores de mercado ou valor líquido de realização. Os estoques estão representados exclusivamente pelo almoxarifado de materiais de uso e consumo em expediente.

3.4. Imobilizado

Avaliado ao custo de aquisição e reduzido pela depreciação acumulada e pelas perdas por "impairment", quando aplicável.

Os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da Entidade.

O CAU/AL segue integralmente a Orientação Técnica Conjunta nº 01/2017 expedida pelo CAU/BR, quanto aos procedimentos na aquisição, baixa e na depreciação/amortização dos seus bens patrimoniais.

A depreciação é calculada pelo método linear, para distribuir seu valor de custo ao longo da vida útil estimada, como segue:

	Anos	Valor residual
Móveis e utensílios	10	10%
Veículos de uso administrativo	8	10%
Veículos de uso da fiscalização	5	10%
Máquinas e equipamentos	5	10%
Equipamentos de processamento de dados	5	10%
Biblioteca	10	0%
Utensílios de copa e cozinha	5	10%
Sistemas de processamento de dados	10	10%
Instalações	10	10%

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

Os ganhos e as perdas em alienações, sempre que aplicável, são apurados comparando-se o valor da venda com o valor residual contábil e são reconhecidos na execução orçamentária.

3.5. Provisões para perdas por impairment em ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso.

3.6. Outros ativos e passivos

Outros ativos são apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos. Quando requerido, os elementos do ativo decorrentes de operações de longo prazo são ajustados a valor presente, sendo os demais ajustados quando houver efeito relevante.

Outros passivos são demonstrados pelo valor de realização e compreendem as obrigações com terceiros resultantes de operações. Quando requerido, os elementos do passivo decorrentes de operações de longo prazo são ajustados a valor presente, sendo os demais ajustados quando houver efeito relevante.

3.7. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores e as outras contas a pagar são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal das atividades, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

3.8. Provisões para riscos cíveis e trabalhistas

Reconhecidas quando a Entidade possui uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. As provisões são quantificadas ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação, sendo utilizada a taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo.

São atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos assessores legais da Entidade. Os fundamentos e a natureza das provisões para riscos cíveis e trabalhistas estão descritos na nota explicativa nº 10.

Implantação de política contábil em 2017 - Em atendimento aos prazos normativos de implantação emanados pela Secretaria do Tesouro Nacional, por meio da Portaria STN nº 539/2015, anexo único (Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais - PIPCP), e pelo Conselho Federal de Contabilidade, mediante a Norma Brasileira de Contabilidade, NBC TSP Estrutura Conceitual, de 23/09/2016 (Mensuração de Ativos e Passivos nas Demonstrações Contábeis), o CAU/AL procedeu ao registro contábil de Provisões para Contingências Cíveis e Trabalhistas ao encerramento do exercício de 2017.

Base de mensuração - O CAU/AL adota a Orientação Técnica Conjunta nº 01/2017 expedida pelo CAU/BR, em consonância com as instruções contidas no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP).

As contingências que compõem o passivo circulante e/ou passivo não circulante, se aplicável, observa os critérios do estudo de possibilidade deperdas cuja elaboração é de responsabilidade da Assessoria Jurídica do Conselho.

As ações judiciais trabalhistas ou cíveis com estimativa de valor confiável e que apresentam uma situação de saída de recurso provável são tratadas como provisão no passivo circulante e/ou passivo não circulante. As ações que não possuem estimativa confiável ou que não demonstram probabilidade de saída de recursos são tratadas como passivos contingentes, integrando as notas explicativas às demonstrações contábeis.

3.9. Balanço Patrimonial

O Balanço Patrimonial, estruturado em Ativo, Passivo e Patrimônio Líquido, evidencia qualitativa e quantitativamente a situação patrimonial da Entidade.

A classificação dos elementos patrimoniais considera a segregação em "circulante" e "não circulante", com base em seus atributos de conversibilidade e exigibilidade.

3.10. Balanço Orçamentário

O Balanço Orçamentário evidencia as receitas e as despesas orçamentárias, detalhadas em níveis relevantes de análise, confrontando o orçamento inicial e as suas alterações com a execução, demonstrando o resultado orçamentário.

O Balanço Orçamentário é estruturado de forma a evidenciar a integração entre o planejamento e a execução orçamentária.

3.11. Balanço Financeiro

O Balanço Financeiro evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extra orçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte.

3.12. Demonstração das variações patrimoniais

A Demonstração das Variações Patrimoniais evidencia as variações verificadas no patrimônio e indica o resultado patrimonial do exercício.

As variações quantitativas são decorrentes de transações no setor público que aumentam ou diminuem o patrimônio líquido.

O resultado patrimonial do período é apurado pelo confronto entre as variações quantitativas aumentativas e diminutivas.

Resultado Patrimonial Efetivo

Face às implantações de políticas contábeis em 2017, de Provisões para Contingências detalhadas na nota explicativa 3.8, demonstra-se a seguir o Resultado Patrimonial de 2017 efetivo, excluído dos reflexos das variações patrimoniais diminutivas (VPD) relativas a exercícios anteriores registradas acumuladamente em 2017.

RESULTADO PATRIMONIAL 2017	
Superávit Patrimonial demonstrado	7.555,54
+ Montante das VPD ref. Provisões p/Contingências exercícios Anteriores	-
RESULTADO PATRIMONIAL EFETIVO 2017	
Superávit Patrimonial	**7.555,54**

3.13. Demonstração do fluxo de caixa

A Demonstração dos Fluxos de Caixa permite aos usuários projetar cenários de fluxos futuros de caixa e elaborar análise sobre eventuais mudanças em torno da capacidade de manutenção do regular financiamento dos serviços.

4. Gestão de risco financeiro

4.1. Considerações gerais e políticas

As operações financeiras da Entidade são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com a estratégia previamente aprovada pela alta governança.

As estratégias de gerenciamento de riscos da Entidade e os efeitos nas demonstrações contábeis podem ser resumidos como segue:

a) Risco de Crédito

O risco de crédito decorre da possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo devedor ou contraparte de suas obrigações financeiras nos termos pactuados. Essa exposição está relevantemente associada às aplicações financeiras mantidas pela Entidade, conforme Nota Explicativa nº 5, bem como aos valores a receber (anuidades), descritos na Nota Explicativa nº 6.

O entendimento da Administração é de que o risco de crédito está substancialmente mitigado:

i) com relação às aplicações financeiras, os recursos estão preponderantemente aplicados em instituições financeiras de primeira linha, cujos prazos de vencimento são de curto prazo; e

ii) com relação ao contas a receber os valores estão anuidades a receber dos profissionais arquitetos e urbanistas, sendo que para o exercício da profissão as anuidades precisam estar adimplentes.

Adicionalmente, não há nenhum indicativo de redução ao valor recuperável desses ativos.

b) Risco de mercado

O risco de mercado consiste na possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da mudança nos preços de mercado de instrumentos financeiros e compreende os riscos de flutuação da moeda, de taxa de juros e de preços. Essa exposição está relevantemente associada às taxas pactuadas com instituições financeiras das aplicações financeiras mantidas pela Entidade, conforme apresentada na Nota Explicativa nº 4. O entendimento da Administração é de que o risco de taxa de juros está substancialmente mitigado considerando a aplicação em produtos de renda fixa com taxas atreladas à variação do DI, com insignificante margem de alteração.

c) **Risco de liquidez**

O risco de liquidez está associado à eventual falta de recursos para honrar os compromissos assumidos, em função do descasamento entre ativos e passivos. A previsão de fluxo de caixa é realizada pela administração da Entidade por meio do departamento financeiro.

A administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Entidade para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	2017	2016
Caixa	-	-
Banco conta movimento	71.751,84	20.146,26
Aplicações financeiras	171.802,31	165.238,22
	243.554,15	**185.384,48**

As aplicações financeiras estão representadas por Certificados de Depósitos Bancários e títulos de renda fixa emitidos e compromissados pelas instituições financeiras de primeira linha, cujo rendimento está atrelado à variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), e possuem liquidez imediata. A receita gerada por estes investimentos é registrada como receita no resultado corrente.

6. Créditos de curto prazo

	2017	2016
Créditos de anuidades do exercício	265.548,57	212.033,78
Créditos de anuidades de exercícios anteriores	477.357,19	344.524,62
(-) Provisão para devedores duvidosos	(226.088,05)	(406.421,91)
	516.817,71	**150.136,49**

Abertura por vencimento dos valores vencidos e a vencer:

	2017	2016
A vencer	-	-
Vencidos:		
Até 30 dias	-	-
De 31 a 60 dias	-	-
De 61 a 90 dias	-	-
De 91 a 180 dias	742.905,76	556.558,40
Perda estimada com créditos de liquidação duvidosa	(226.088,05)	(406.421,91)
	516.817,71	**150.136,49**

A Entidade registra a provisão para perda estimada para créditos de liquidação duvidosa, após análise individualizada.

7. Imobilizado

	Custo	Depreciação Acumulada	Líquido 2017	Líquido 2016
Imóveis	760.000,00	(29.184,00)	730.816,00	760.000,00
Móveis e utensílios	130.844,00	(11.612,81)	119.231,19	125.744,00
Equipamentos de informática	31.228,00	(3.844,63)	27.383,37	24.028,00
Total	**922.072,00**	**(44.641,44)**	**877.430,56**	**909.772,00**

A Entidade acompanha anualmente as vidas úteis dos ativos imobilizados e não foram identificadas diferenças significativas durante o ano. Conforme nota n° 3.4.

A seguir apresentamos a movimentação do ativo imobilizado:

Movimentação do ativo imobilizado:

	31.12.2016	Adições	Baixas	Depreciação	31.12.2017
Imóveis	760.000,00	-	-	(29.184,00)	730.816,00
Móveis e utensílios	125.744,00	5.100,00	-	(11.612,81)	119.231,19
Equipamentos de informática	24.028,00	7.200,00	-	(3.844,63)	27.383,37
Total	**909.772,00**	**12.300,00**	**-**	**(44.641,44)**	**877.430,56**

8. Fornecedores a pagar

	2017	2016
Fornecedor de materiais	5.499,12	10.029,40
	5.499,12	**10.029,40**

Abaixo o aging list dos fornecedores em 31 de dezembro de 2017 e 2016:

	2017	2016
A vencer	5.499,12	10.029,40
Vencidos:		
Até 30 dias	-	-
De 31 a 60 dias	-	-
De 61 a 90 dias	-	-
De 91 a 180 dias	-	-
	5.499,12	**10.029,40**

9. Provisões a Curto Prazo

	2017	2016
Salários e encargos sociais	-	13.053,12
Provisão para férias e encargos sociais	29.958,70	43.510,53
PIS e COFINS a recolher	341,86	435,10
Outros impostos a recolher	8.688,00	12.618,02
	38.988,56	**69.616,77**

10. Provisão para riscos processuais

O CAU/AL até o encerramento do exercício de 2017, não possui nenhuma ação civil ou trabalhista no qual seja réu, portanto não houve nenhuma provisão para riscos processuais.

11. Partes relacionadas

A Entidade em 31 de dezembro de 2017 não possui coligadas, controladas ou subsidiárias integrais, dessa forma, não há transações com partes relacionadas dessa natureza.

Não há qualquer remuneração ou contraprestação aos Conselheiros e Dirigentes do CAU/AL, tratando-se de cargos honoríficos, em conformidade com o artigo 40, da Lei nº 12.378/2010.

No exercício de 2017 não houve concessão de benefícios de longo prazo pós-emprego, plano de aposentadoria e de rescisão de contrato de trabalho.

12. Despesas por natureza

Classificação por natureza	2017	2016
Depreciação e amortização	44.641	48.636
Despesas com pessoal	531.523	515.717
Despesas com contratação de terceiros	308.260	279.610
Impostos, taxas e contribuições	-	1.146
Outras receitas e despesas	422.112	230.475
	1.306.536	**1.075.584**

13. Resultados orçamentário, patrimonial e financeiro

Resultado Patrimonial	2017	2016
Variação Patrimonial Aumentativa (Receita)	1.309.126,78	1.691.696,24
(-) Variação Patrimonial Diminutiva (Despesa)	(1.301.571,24)	(1.075.583,53)
(=) Superávit Patrimonial apurado	**7.555,54**	**616.112,71**

Resultado Orçamentário	2017	2016
Receita Orçamentária Arrecadada	1.122.779,42	1.049.575,00
(-) Despesas Empenhadas	(1.098.752,84)	(1.281.715,00)
(=) Superávit Orçamentário Apurado	**24.026,58**	**(232.140,00)**

Resultado Financeiro	2017	2016
Saldo Disponível Apurado	243.554,15	185.384,48
(-) Passivo Financeiro	82.523,68	66.593,05
(=) Superávit Financeiro Apurado	**(161.030,47)**	**(118.791,43)**

14. Relacionamento com os auditores independentes

A contratação dos auditores independentes deu-se pelo Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil - CAU/BR, órgão central de controle dos CAU/UF, não sendo contratados outros serviços ao não ser os trabalhos de auditoria das demonstrações contábeis.

15. Eventos subsequentes

Não houve eventos subsequente significativos que pudessem alterar as demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2017.

Maceió/AL, 10 de abril de 2018.